

LUÍS VERÍSSIMO*

O ATAQUE DE MOORE AO NATURALISMO ÉTICO

Moore's Attack on Ethical Naturalism

Abstract

In this paper I will try to find if G. E. Moore's *Open Question Argument* succeeds in refuting every sort of ethical naturalism; namely, I intend to see if there is any version of the argument that can be used to refute a non-reductionist view, such as Cornell realism. For that purpose, I shall evaluate the argument either in its original formulation, either in a reformulation with a broader scope presented by Terence Horgan and Mark Timmons in different articles.

Keywords: Ethical naturalism; Open Several Question Argument; Non-reductionism; Cornell realism; Moral Twin Earth.

Authors: G.E. Moore; Terence Horgan; Mark Timmons.

Resumo

Neste artigo pretende-se averiguar se o Argumento da Questão em Aberto de G. E. Moore é bem-sucedido na refutação de toda e qualquer espécie de naturalismo ético; nomeadamente, pretende-se investigar se alguma versão do argumento pode

* Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, LanCog. Na realização deste trabalho beneficei do apoio de uma Bolsa de Doutoramento concedida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia com a referência SFRH/BD/112504/2015. Aproveito, ainda, para agradecer aos membros do MLAG (Instituto de Filosofia da Universidade do Porto) por me terem proporcionado a oportunidade de discutir alguns dos tópicos aqui tratados no âmbito de uma sessão do MLAG Research Seminar.

ser utilizada para refutar uma perspetiva naturalista não-reducionista de naturalismo ético, como o ‘realismo de Cornell’. Para esse efeito, irei proceder a uma avaliação crítica do argumento quer na sua formulação original, quer numa versão reformulada e com um espectro mais abrangente apresentada por Terence Horgan e Mark Timmons, em diferentes artigos.

Palavras-chave: Naturalismo ético; Argumento da Questão em Aberto; Não-reduccionismo; Realismo de Cornell; Terra Gémea Moral.

Autores: G.E. Moore; Terence Horgan; Mark Timmons.

Introdução

Este artigo enquadra-se no âmbito da metaética. Por contraste com a ética normativa, que lida com questões morais de primeira ordem, como por exemplo: «Como devemos viver?», «Que princípios devem orientar a nossa conduta?», etc., e com a ética aplicada, que procura compreender as implicações das considerações gerais, concebidas ao nível normativo, no que diz respeito ao tratamento de casos concretos difíceis e complexos, a metaética é a área da ética ou filosofia moral que se ocupa de questões de segunda ordem sobre a natureza da própria moralidade, dos juízos morais, do conhecimento moral e do significado dos termos morais. O esquema apresentado no Anexo I ilustra os principais problemas e teorias em confronto neste domínio.

O primeiro dos problemas identificados no esquema opõe cognitivistas – que respondem afirmativamente à questão: «Os juízos morais expressam crenças?» – a não-cognitivistas – que respondem pela negativa a essa mesma questão. Os cognitivistas subdividem-se entre aqueles que subscrevem uma versão ‘forte’ desta perspetiva e aqueles que defendem uma versão ‘fraca’ da mesma. Os primeiros aceitam ambas as proposições que se seguem:

- (a) os juízos morais expressam crenças; e
- (b) os juízos morais podem ser o resultado do acesso cognitivo a determinados factos que os tornam verdadeiros.

os segundos aceitam (a), mas rejeitam (b). A discussão que aqui levaremos a cabo situa-se no terreno do cognitivismo forte. De entre estes autores, alguns defendem que os factos morais correspondem ou podem ser reduzidos a certos factos naturais, enquanto outros acreditam que os factos morais não podem ser reduzidos ou identificados com factos de qualquer outra espécie. A primeira perspetiva ficou conhecida como naturalismo moral e a segunda como não-naturalismo.

Uma das principais objeções ao naturalismo moral é o Argumento da Questão em Aberto (AQA) formulado em 1903, por G. E. Moore na sua obra *Principia Ethica*. Neste artigo, pretende-se averiguar se o AQA de Moore é bem-sucedido na refutação de toda e qualquer espécie de naturalismo, ou não. Nomeadamente, pretende-se investigar se alguma versão do argumento pode ser utilizada para refutar uma perspetiva naturalista não-reducionista, como o ‘realismo de Cornell’.

Moore e o Argumento da Questão em Aberto (AQA)

Moore defende uma perspetiva moral que ficou conhecida por ‘intuicionismo’, pois estabelece que as propriedades morais são propriedades *sui generis*, irreduzíveis e insuscetíveis de qualquer espécie de análise conceptual, que são diretamente apreendidas através de um processo cognitivo designado por ‘intuição moral’. Nas suas palavras:

[Q]uando chamo ‘intuição’ a uma proposição, quero simplesmente dizer que ela não é suscetível de prova; sem qualquer espécie de implicação no que diz respeito à origem ou à forma da nossa cognição da mesma²⁴⁸.

Apesar de sustentar que as proposições morais não são suscetíveis de prova, Moore pode ser classificado como um cognitivista forte, pois considera que a nossa intuição moral é processo cognitivo válido, através do qual captamos as propriedades morais. No excerto que se segue, Moore chega mesmo a estabelecer um paralelismo entre este processo cognitivo e a perceção sensível:

Em certos casos o mero facto de a prova ser impossível não causa habitualmente a menor sensação de desconforto. Por exemplo, ninguém pode provar que está uma cadeira ao meu lado; e no entanto, não suponho que alguém esteja insatisfeito com isso²⁴⁹.

Contudo, Moore rejeita liminarmente qualquer versão de naturalismo moral. Na sua opinião, este tipo de perspetiva incorre naquilo que designou por ‘falácia naturalista’. Segundo Moore, esta falácia consiste no erro de tentar definir propriedades morais, como ‘bom’, em termos de propriedades naturais, como, por exemplo, o prazer, ou a satisfação de preferências.

²⁴⁸ Moore, G. E., *Principia Ethica*, Cambridge University Press, Cambridge 1993, p. 37.

²⁴⁹ Moore, *Principia Ethica*, op. cit., p. 127.

Moore esclarece o significado de propriedade natural dizendo que entende por ‘natural’ tudo aquilo que é «*objeto de estudo das ciências naturais e da psicologia também*»²⁵⁰. Embora esta caracterização de ‘natural’ seja um pouco vaga – pois exige um esclarecimento acerca do que faz com que uma dada ciência seja considerada natural (que, neste contexto, não pode limitar-se a afirmar que se ocupa de fenómenos naturais, sob pena de ser uma definição trivialmente circular) e não oferece qualquer razão para a referência à psicologia –, ela é suficiente para que se possa considerar que coisas como o prazer ou a satisfação de preferências contariam, neste contexto, como propriedades naturais.

Moore acredita que as propriedades morais não são analisáveis em termos de propriedades naturais deste tipo, pela mesma razão pela qual não são analisáveis em termos de qualquer outro tipo de propriedade e recorre ao Argumento da Questão em Aberto para justificar a sua posição.

O argumento pretende mostrar, por redução ao absurdo, que a tese central do naturalismo moral é falsa. De acordo com a perspetiva naturalista tradicional, o significado de termos morais, como ‘bom’, corresponde a uma qualquer propriedade natural – *N*. Moore defende que se ‘*N*’ e ‘bom’ tivessem o mesmo significado, quem quer que perguntasse «*x* é *N*’, mas será que ‘*x* é bom?’» incorreria em algum tipo de confusão conceptual. No entanto, qualquer que seja a propriedade natural *N* em causa, é sempre uma questão em aberto saber se um qualquer *x* que é *N* também é bom. Portanto, ‘bom’ não pode ser analiticamente idêntico a ‘*N*’. Explicitamente formulado o argumento diz o seguinte:

- (1) O significado de termos morais, como ‘bom’, corresponde a uma qualquer propriedade natural – *N*. (suposição a refutar por *reductio*)
- (2) Se o significado de termos morais, como ‘bom’, corresponde a uma qualquer propriedade natural – *N*, então não faz sentido perguntar «*x* é *N*, mas será ‘bom?’».
- (3) Qualquer que seja a propriedade *N*, faz sentido perguntar «*x* é *N*, mas será ‘bom?’».
- (4) Logo, qualquer que seja a propriedade natural *N* ela não pode corresponder ao significado de ‘bom’.

À primeira vista, o argumento parece sólido (deixaremos para depois uma avaliação mais detalhada do argumento), pelo que as versões reducionistas

²⁵⁰ Moore, *Principia Ethica*, op. cit., p. 92.

de naturalismo – que sustentam que as propriedades morais são redutíveis a propriedades que são objeto de estudo por parte das ciências naturais e da psicologia – parecem incorrer no erro apontado por Moore (como é o caso das perspectivas morais de Richard Brandt²⁵¹ e Peter Railton²⁵², por exemplo).

Contudo, nem todas as versões de naturalismo moral subscrevem o reducionismo, por isso é importante averiguar se o argumento é suficiente para refutar uma versão de naturalismo que considere que, apesar de não poderem ser reduzidas a qualquer outro tipo de propriedades, as propriedades morais são, ainda assim, propriedades naturais de direito próprio. Essa posição tem sido defendida pelos realistas de Cornell como Nicholas Sturgeon²⁵³, Richard Boyd²⁵⁴ e David Brink²⁵⁵, por exemplo. Vejamos em seguida, em que consiste exatamente essa perspectiva e em que medida escapa à objeção de Moore.

O Realismo de Cornell

O realismo de Cornell é uma posição acerca da natureza dos valores morais que se caracteriza por defender o seguinte:

- existem propriedades morais (realismo);
- essas propriedades são naturais (naturalismo); e
- não são redutíveis a qualquer outra espécie de propriedade natural não-moral (não-reducionismo).

Para defender a sua perspectiva os realistas de Cornell recorrem àquilo que doravante irei designar por ‘Argumento do Papel Explicativo’ (APE). Para estes autores, a par de propriedades, físicas, químicas ou biológicas, o mundo natural inclui propriedades morais, pois também estas são necessárias para explicar da melhor forma possível alguns dos seus aspetos²⁵⁶. Por outras

²⁵¹ Cf. BRANDT, Richard, *A Theory of the Good and the Right*, Oxford University Press, New York 1979.

²⁵² Cf. RAILTON, Peter, «Moral Realism», *Philosophical Review*, 95 (1986) 163-207.

²⁵³ Cf. STURGEON, Nicholas, «Moral Explanations», in G. SAYRE-McCORD (ed.), *Essays on Moral Realism*, Cornell University Press, Ithaca, New York 1988, pp. 229-255.

²⁵⁴ Cf. BOYD, Richard, «How to be a moral realist», in G. Sayre-McCord (ed.), *Essays on Moral Realism*, Cornell University Press, Ithaca, New York 1988, pp. 181-228.

²⁵⁵ Cf. BRINK, David, *Moral Realism and the Foundations of Ethics*, Cambridge University Press, Cambridge 1989.

²⁵⁶ Cf. GALVÃO, Pedro, «Ética», in IDEM (ed.), *Filosofia: uma introdução por disciplinas*, Edições 70, Lisboa 2012, p. 146.

palavras, as propriedades morais fazem parte do tecido natural do mundo, pela mesma razão que as propriedades físicas, químicas e biológicas fazem: porque *desempenham um importante papel explicativo nas melhores teorias de que dispomos*. Ou seja, tal como admitimos a existência da gravidade, para melhor explicar as relações que observamos entre os corpos, também é legítimo assumir a existência de propriedades morais para melhor explicar certos aspetos da nossa experiência. Por exemplo, a escravatura foi abolida na Europa (em parte) porque era injusta. O APE pode ser explicitamente formulado do seguinte modo:

- (1) P é uma propriedade real, se, e só se, P figura impreterivelmente na melhor explicação da experiência.
- (2) As propriedades morais figuram impreterivelmente na melhor explicação da experiência.
- (3) Logo, as propriedades morais são propriedades reais.

Alguns autores têm rejeitado liminarmente este argumento. Gilbert Harman²⁵⁷, por exemplo, não aceita a conclusão do argumento, pois não rejeita a segunda premissa. Na sua opinião:

- (1) P é uma propriedade real, se, e só se, P figura impreterivelmente na melhor explicação da experiência.
- (2) As propriedades morais não figuram impreterivelmente na melhor explicação da experiência, pois a referência a tais propriedades pode facilmente ser substituída por uma referência a aspetos relativos à nossa psicologia e à nossa sensibilidade.
- (3) Logo, as propriedades morais não são propriedades reais.

Sturgeon responde a Harman servindo-se de uma análise contrafactual, para mostrar que a segunda premissa é verdadeira. A ideia de Sturgeon é a seguinte:

- (1) Se a não fosse F , então b não seria G .
- (2) Se é verdade que «se a não fosse F , então b não seria G », então o facto de a ser F desempenha um importante papel explicativo no facto de b ser G .
- (3) Logo, o facto de a ser F desempenha um importante papel explicativo no facto de b ser G .

²⁵⁷ Cf. HARMAN, Gilbert, *The Nature of Morality*, Oxford University Press, Oxford 1977.

E fornece alguns exemplos para ilustrar a sua posição:

Exemplo 1:

- (1) Se a escravidão não fosse injusta, não teria sido abolida.
- (2) Se é verdade que caso não fosse injusta, a escravidão não teria sido abolida, então a injustiça desempenha um importante papel explicativo na melhor explicação da experiência.
- (3) Logo, a injustiça desempenha um importante papel explicativo na melhor explicação da experiência.

Exemplo 2:

- (1) Se não fosse pela sua coragem o bombeiro não teria salvo a criança do incêndio.
- (2) Se é verdade que se não fosse pela sua coragem o bombeiro não teria salvo a criança do incêndio, então a coragem desempenha um importante papel explicativo na melhor explicação da experiência.
- (3) Logo, a coragem desempenha um importante papel explicativo na melhor explicação da experiência.

Assim, se os realistas de Cornell tiverem razão, o significado de termos morais, como 'bom', 'justo', 'corajoso', etc., não pode ser captado tendo como referência quaisquer outras propriedades naturais ou não-naturais. Estes termos designam propriedades naturais de natureza própria, cujo conteúdo semântico deve ser entendido de forma semelhante ao conteúdo semântico dos termos utilizados para designar substâncias naturais (também designados por tipos ou categorias naturais, como por exemplo, 'ouro', 'água', ...).

Existem pelo menos duas maneiras de conceber a forma como o conteúdo semântico de termos utilizados para designar substâncias naturais é determinado. Podemos considerar que este se determina pela sua *essência nominal*, ou pela sua *essência real*. A essência nominal de uma substância natural é o conjunto de qualidades superficiais que nos permite identificar diferentes amostras dessa substância. De acordo com esta abordagem, «'ouro' significa substância dura, brilhante, de tom amarelado, etc.», «'água' significa líquido incolor, inodoro, bebível, que corre nos rios e preenche os oceanos, etc.»... A essência real de uma substância natural é aquilo que predominantemente é causalmente responsável pelas nossas percepções do conjunto de qualidades superficiais característico dessa substância. Nesse caso, 'ouro' significaria substância com o número atômico 79 e 'água' significaria H₂O.

John Locke subscreve a primeira abordagem, mas Hilary Putnam²⁵⁸ e Saul Kripke²⁵⁹ optam pela segunda. De acordo com a perspectiva defendida por estes autores, se Locke estivesse certo, não seria possível existir uma substância que tivesse a essência nominal do ouro sem ser ouro. Mas, na verdade, isso não é impossível. A pirite (vulgarmente conhecida como ‘ouro falso’) é um bom exemplo disso. Logo, é falso que o significado de ‘ouro’ nos é dado pela sua essência nominal.

A proposta de Putnam e Kripke sugere que a essência nominal limita-se a fixar a referência dos termos usados para designar substâncias naturais, mas o seu significado é-nos dado pela sua essência real. Assim, o significado de um termo utilizado para designar uma substância natural, como ‘ouro’, é-nos dado pela seguinte expressão:

- *x* é ouro, se, e só se, é composto por aquilo que predominantemente é causalmente responsável pelas nossas percepções de coinstanciações de dureza, brilho, tom amarelado, etc.²⁶⁰

Para consolidar a sua perspectiva, Putnam desenvolveu uma experiência mental, conhecida na literatura filosófica como ‘Argumento (ou Experiência Mental) da Terra Gémea’. O argumento foi apresentado pela primeira vez no artigo «The Meaning of ‘Meaning’», de 1975 e pode ser formulado nos seguintes termos:

- A *Terra-Gémea* é um planeta (imaginário) semelhante à terra em todos os aspetos, exceto num: na Terra-Gémea o termo ‘água’ é utilizado para designar um líquido que, embora tenha todas as qualidades superficiais da nossa água, possui uma estrutura molecular diferente (em vez de H₂O, a *água-gémea* é composta por XYZ).

Se o significado dos tipos naturais fosse determinado pela sua essência nominal, então ‘água (terra)’ teria a mesma referência que ‘água (terra-gémea)’, mas isso implicaria que H₂O é o mesmo que XYZ. Portanto, o significado dos tipos naturais não pode ser determinado pela sua essência nominal. De

²⁵⁸ Cf. PUTNAM, Hilary, «The Meaning of ‘Meaning’», *Mind, Language, and Reality*, Cambridge University Press, Cambridge 1975.

²⁵⁹ Cf. KRIPKE, Saul, *Naming and Necessity*, Harvard University Press, Cambridge, MA 1980.

²⁶⁰ Depois de ‘coinstanciações de...’ aparece a essência nominal do termo (qualquer que seja).

acordo com a proposta semântica de Putnam e Kripke, na terra o significado de 'água' é-nos dado pela seguinte expressão:

- *Água (Terra)*: x é água, se, e só se, é aquilo que predominantemente é causalmente responsável pelas nossas (dos *terrâqueos*) percepções de líquido incolor, inodoro, bebível, que corre nos rios e preenche os oceanos, e todos os restantes aspetos que figuram na essência nominal da água (ou seja, H_2O).

Ao passo que na terra-gémea, 'água' significa:

- *Água (Terra-Gémea)*: x é água, se, e só se, é aquilo que predominantemente é causalmente responsável pelas nossas (dos *terrâqueos-gémeos*) percepções de líquido incolor, inodoro, bebível, que corre nos rios e preenche os oceanos, e todos os restantes aspetos que figuram na essência nominal da água (ou seja, XYZ).

Assim, segundo Putnam, um terráqueo que visitasse a Terra-Gémea e utilizasse o termo 'água' para se referir ao líquido incolor, inodoro, bebível, que corre nos seus rios e preenche os seus oceanos, etc., não estaria a falar a verdade, visto que para o terráqueo o termo 'água' refere H_2O e a água-gémea é composta por XYZ . Além disso, Putnam acredita que se um terráqueo e um terráqueo-gémeo estrassem numa discussão sobre o assunto, o desentendimento entre eles seria vácuo, pois o significado do termo 'água' difere num caso e no outro.

De acordo com esta abordagem semântica, é possível compreender o significado de 'água' e ' H_2O ' sem saber a resposta à questão « x é H_2O , mas será água?». Contudo, o facto de « x é H_2O , mas será água?» ser uma questão em aberto não é suficiente para demonstrar que água não é H_2O .

Analogamente, o facto de « x é N , mas será bom?» ser uma questão em aberto não exerce qualquer tipo de pressão sobre uma versão de naturalismo ético que entende a relação entre 'bom' e ' N ' como a relação entre 'água' e ' H_2O '. Ou seja, para uma perspectiva naturalista não-reducionista, como o realismo de Cornell, ainda que seja possível compreender o significado de ' N ' e de 'bom' sem saber a resposta à questão « x é N , mas será bom?», isso não é suficiente para demonstrar que as propriedades morais não são propriedades naturais.

O Argumento da Questão em Aberto revisitado

No entanto, apesar de, à primeira vista, o realismo de Cornell escapar ao Argumento da Questão em Aberto, tal como foi formulado por Moore – chamemos-lhe, daqui em diante, 'Argumento da Questão em Aberto Tradicional' (ou AQAT) –, é legítimo perguntar se este não poderá ser reformulado de maneira a aplicar-se de igual modo a este tipo de teorias.

Numa série de artigos escritos no início da década de 90²⁶¹, Terence Horgan e Mark Timmons procuram justamente mostrar que é possível recorrer a uma adaptação do AQAT para criticar a aplicação da 'semântica Putnam-Kripke para tipos naturais' a termos morais, como 'bom', 'justo', 'corajoso', etc.

Horgan e Timmons fazem notar que, no que diz respeito ao significado de 'água', embora a questão

a) x é H_2O , mas será água?

possa ser uma questão em aberto; dado o significado de 'água' (visto em *Água (Terra)* acima) a questão

b) x é composto por aquilo que predominantemente é causalmente responsável pelas nossas (dos *terráqueos*) perceções de líquido incolor, inodoro, bebível, que corre nos rios e preenche os oceanos, e todos os restantes aspetos que figuram na essência nominal da água, mas será água?

é forçosamente fechada; isto porque apesar essência nominal de 'água' se limitar a fixar a referência do termo, ela fixa-a através de *Água (Terra)*, que nos fornece o verdadeiro significado do termo.

Horgan e Timmons desenvolveram uma experiência mental semelhante à experiência de Putnam mas desta vez a variação surge a propósito do significado de 'bom', daí batizarem o novo planeta de *Terra-Gémea Moral*. Os autores convidam-nos a imaginar que o significado de 'bom' pode ser capturado do seguinte modo para cada planeta:

- *Bom (Terra)*: x é bom, se, e só se, tem uma propriedade M com o seguinte papel causal: a sua presença leva habitualmente os *terráqueos* a perseguir

²⁶¹ Cf. HORGAN, T. & TIMMONS, M., «New wave moral realism meets moral twin earth», *Journal of Philosophical Research*, 16, (1991) 447-465; «Troubles on Moral Twin Earth: Moral Queerness Revived», *Synthese*, 92, (1992a) 221-260 e «Troubles for new wave moral semantics: the 'open-question argument' revived», *Philosophical Papers*, 21, (1992b) 153-175.

aquilo que eles consideram M ; a sua presença leva habitualmente os *terráqueos* a encorajar os outros a perseguir coisas que eles consideram M ; M é considerado algo de extrema (talvez até da maior) importância para os *terráqueos*, etc.

- *Bom (Terra-Gêmea Moral)*: x é bom, se, e só se, tem uma propriedade M com o seguinte papel causal: a sua presença leva habitualmente os *terráqueos-gêmeos* a perseguir aquilo que eles consideram M ; a sua presença leva habitualmente os *terráqueos-gêmeos* a encorajar os outros a perseguir coisas que eles consideram M ; M é considerado algo de extrema (talvez até da maior) importância para os *terráqueos-gêmeos*, etc.

Além disso, estabelecem que o substrato causal adequado difere no caso de ‘*bom (Terra)*’ e de ‘*bom (Terra-Gêmea Moral)*’. Por exemplo, enquanto na Terra, os usos de termos morais como ‘bom’ e ‘moralmente correto’ são regulados por uma teoria de cariz consequencialista, na Terra-Gêmea Moral, esses usos são regulados por uma teoria de cariz deontológico. Em seguida, convidam-nos a supor que um *terráqueo* visita a Terra-Gêmea Moral e discorda da aplicação de ‘moralmente correto’ a um determinado ato. Por exemplo, o *terráqueo* considera que o termo ‘moralmente correto’ é aplicável à eutanásia, afirmando «A eutanásia é moralmente correta.», mas o *terráqueo-gêmeo* não concorda com essa aplicação do termo e diz «A eutanásia não é moralmente correta.» A pergunta que se impõe é: «Será que existe um desentendimento genuíno entre eles?».

Seria de esperar que a resposta fosse: «Não», pois o significado do termo ‘moralmente correto’ difere num caso e no outro. No entanto, contrariamente ao que acontecia no caso de ‘água e H_2O ’, as nossas intuições não apontam nesse sentido. A discussão entre ambas as partes acerca da correta aplicação do termo ‘moralmente correto’ não nos parece disparatada, nem despropositada.

O que implica que a questão:

b’) x tem uma propriedade M com o seguinte papel causal: a sua presença leva habitualmente os *terráqueos* a perseguir aquilo que eles consideram M ; a sua presença leva habitualmente os *terráqueos* a encorajar os outros a perseguir coisas que eles consideram M ; M é considerado algo de extrema (talvez até da maior) importância para os *terráqueos*, etc., mas será bom?

que deveria ser forçosamente fechada, seja, na realidade, uma questão em aberto, mostrando que o realismo de Cornell não capta adequadamente o significado dos termos morais, como ‘bom’.

Assim, o Argumento da Questão em Aberto Revisitado pode ser explicitado do seguinte modo:

- (1) O significado de termos morais, como ‘bom’, corresponde a uma propriedade natural – M com o seguinte papel causal: a sua presença leva habitualmente os *terráqueos* a perseguir aquilo que eles consideram M ; a sua presença leva habitualmente os *terráqueos* a encorajar os outros a perseguir coisas que eles consideram M ; M é considerado algo de extrema (talvez até da maior) importância para os *terráqueos*, etc., (suposição a refutar por *reductio*)
- (2) Se o significado de termos morais, como ‘bom’, corresponde a essa propriedade natural – M , então não faz sentido perguntar (**b'**) « x tem uma propriedade M com o seguinte papel causal: a sua presença leva habitualmente os *terráqueos* a perseguir aquilo que eles consideram M ; a sua presença leva habitualmente os *terráqueos* a encorajar os outros a perseguir coisas que eles consideram M ; M é considerado algo de extrema (talvez até da maior) importância para os *terráqueos*, etc., mas será bom?». ».
- (3) A experiência mental da Terra-Gêmea Moral mostra que a pergunta (**b'**) faz sentido.
- (4) Logo, a propriedade natural M não pode corresponder ao significado de ‘bom’.

Deste modo, Horgan e Timmons arranjaram uma forma engenhosa de tornar o AQA aplicável a versões não-reducionistas de naturalismo ético como o realismo de Cornell. Mas será que temos boas razões para aceitar o AQA (em qualquer uma das suas versões)? É disso que nos iremos ocupar na última secção deste artigo.

Réplicas ao AQA

Problemas exclusivos da versão tradicional

Em primeiro lugar, conforme acabamos de ver, a versão tradicional do AQA não atinge versões não-reducionistas de naturalismo ético, como o realismo de Cornell, de acordo com as quais, as propriedades morais são naturais, mas irreduzíveis a quaisquer outras propriedades. Para este tipo de perspetiva, os termos morais não são analiticamente idênticos a termos não-morais, nem são o resultado de uma identidade sintética entre propriedades morais e propriedades não-morais.

Em segundo lugar, pode dizer-se que o AQAT confunde naturalismo a um nível conceptual (definicional ou semântico) com naturalismo a um nível metafísico. Os termos ‘bom’ e ‘N’ podem não ter o mesmo significado, mas terem a mesma referência, tal como acontece com ‘a estrela da manhã’ e ‘a estrela da tarde’. É falso que ‘a estrela da manhã’ significa ‘a estrela da tarde’, no entanto, embora estas duas expressões tenham sentidos diferentes, elas denotam a mesma coisa: o planeta Vénus²⁶².

Problemas comuns a ambas as versões

Num certo sentido, qualquer uma das duas versões do argumento pressupõe a aceitação da conclusão. A versão tradicional assume, à partida, que a pergunta: «*x* é *N*, mas será bom?» é uma pergunta em aberto. Contudo, o naturalista pode defender que, apesar das aparências, trata-se de uma questão tão fechada como «O João não é nem foi casado, mas será que é solteiro?»²⁶³. A versão reformulada assume, à partida, que as nossas intuições acerca da discussão entre o terráqueo e o terráqueo-gémeo, nomeadamente, a intuição de que essa discussão não é despropositada estão corretas. É essa intuição que faz com que a questão (**b'**) nos pareça uma questão em aberto quando na realidade pode tratar-se de uma questão fechada.

Parece evidente que quem quer que reformule uma definição sob a forma de uma pergunta está conceptualmente confuso, mas algumas definições são de tal forma complexas que é natural que isso aconteça, e que uma questão fechada possa parecer, à primeira vista, aberta, mesmo para falantes competentes de uma língua. Como acontece por exemplo com a questão: «É o conhecimento uma crença verdadeira justificada?»²⁶⁴.

Por fim, resta acrescentar que o AQA parece incorrer na falácia do mascarado. Esta falácia deve a sua designação ao exemplo que é habitualmente utilizado para a ilustrar. Nesse exemplo faz-se notar que, ainda que eu saiba quem é o meu irmão, é possível que eu não saiba quem é o homem mascarado que assaltou o banco na última segunda-feira, apesar de o meu irmão e o mascarado serem uma e a mesma pessoa.

²⁶² Cf. FREGE, Gottlob, «On Sense and Reference», in P. GEACH & M. BLACK (eds.), *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*, Blackwell, Oxford 1980.

²⁶³ Cf. FRANKENA, William, «The Naturalistic Fallacy», *Mind*, 48 (1938) 464-477.

²⁶⁴ Cf. VERBEEK, Bruno, «Moore's Open Question Argument» in M. BRUCE & B. STEVEN (eds.), *Just the Arguments: 100 of the Most Important Arguments in Western Philosophy*, Blackwell Publishing, Oxford (2011) pp. 237-239. Nota: Embora Gettier tenha posto em causa esta definição de conhecimento, o exemplo ilustra como uma questão fechada pode parecer uma questão em aberto. Acrescente-se à questão o que se considerar que escapa à definição tradicional.

No entanto, segundo o princípio da indiscernibilidade dos idênticos²⁶⁵: se A é igual a B, então todas as propriedades de A são propriedades de B e, por contraposição, se B tem alguma propriedade que falta a A, então é falso que A é igual a B. O que significa que, aparentemente, de acordo com este célebre princípio, se posso atribuir ao meu irmão a propriedade de ser conhecido por mim, então a menos que o meu irmão e o homem mascarado sejam pessoas diferentes, eu deveria necessariamente poder atribuir essa propriedade ao homem mascarado. Será que isto significa que devemos por em causa a validade do princípio?

Na realidade, não. O problema não reside no princípio, mas sim no facto estarmos a confundir determinados *estados mentais subjetivos* – as nossas crenças e opiniões acerca das coisas – com *propriedades reais e efetivas* das coisas. As propriedades reais e efetivas do meu irmão (por exemplo, o facto de ser alto, moreno, usar regularmente uma máscara para assaltar bancos) não dependem daquilo que eu sei (ou penso saber) acerca dele. Isto acontece porque, embora por vezes possa haver uma certa correspondência entre ambos, a verdade é que os meus estados mentais não são propriedades reais e efetivas do meu irmão. Ora, dado que o meu irmão é o homem mascarado, todas as propriedades reais de um são propriedades reais do outro, ainda que eu ignore esse facto por completo.

Assim, a forma padrão desta falácia consiste em afirmar, na primeira premissa, uma determinada atitude ou estado mental relativamente a algo, digamos *x*, na segunda premissa, negar essa mesma atitude ou estado mental relativamente a outra coisa, digamos *y*. E concluir que *x* não é *y*. Por exemplo:

- (1) Eu conheço (ou sei que, ou acredito em, ou duvido de, ...) *x*.
- (2) Eu não conheço (ou sei que, ou acredito em, ou duvido de, ...) *y*.
- (3) Logo, *x* não é *y*.

À semelhança do que acontecia no exemplo, a falácia consiste no facto de se confundirem as crenças e opiniões subjetivas acerca de *x*, com propriedades reais e efetivas de *x*.

Ora, é justamente isso que acontece no AQA, onde se pretende inferir que ‘N’ e ‘bom’ não são a mesma coisa a partir de algo como «eu sei que *x* é *N*, mas eu não sei se *x* é bom», ou seja do facto de «*x* é *N*, mas será bom?» ser uma questão em aberto.

²⁶⁵ Nota: Não deve ser confundido com a lei da identidade dos indiscerníveis (ou lei de Leibniz).

Conclusão

De acordo com o que foi dito anteriormente, julgo que podemos concluir com alguma segurança que o ataque de Moore ao naturalismo ético não é inteiramente bem-sucedido. Em primeiro lugar, porque o AQA tal como foi formulado por Moore não se aplica às versões não-reducionistas deste tipo de perspectiva, como é o caso do realismo de Cornell, que afirmam que o significado de termos morais como ‘bom’ corresponde a certas propriedades naturais, insuscetíveis de serem reduzidas a outro tipo de propriedades naturais não morais.

Contudo, a reformulação que Horgan e Timmons fizeram do argumento central de Moore, parece satisfazer os requisitos necessários para abarcar mesmo estas versões de naturalismo ético. Assim sendo, se não fossem capazes de encontrar alguma falha neste tipo de argumentação, seríamos racionalmente forçados a reconhecer a eficácia do golpe que Moore disferiu sobre o naturalismo.

No entanto, conforme expus na última parte deste artigo, não me parece que este tipo de argumento seja procedente, pois depende bastante de intuições que, de certa forma, só são partilhadas por aqueles que subscrevem a sua conclusão, a saber, depende do facto de se considerar que a questão « x é N , mas será bom?» é, de facto, uma questão em aberto, quando na realidade não o é. Tal como a questão « x é água, mas será H_2O ?» pode ter parecido uma questão em aberto durante vários anos, apesar de na realidade não o ser. Além disso, conforme foi notado, o argumento parece incorrer na falácia do mascarado, pois parece estar a confundir estados mentais subjetivos (aquilo que eu sei ou deixo de saber acerca de x) com propriedades objetivas das coisas (as propriedades objetivas de x). Assim, ainda que o naturalismo ético se possa revelar falso por outros motivos, não considero que o AQA seja o suficiente para o refutar.

Anexo I

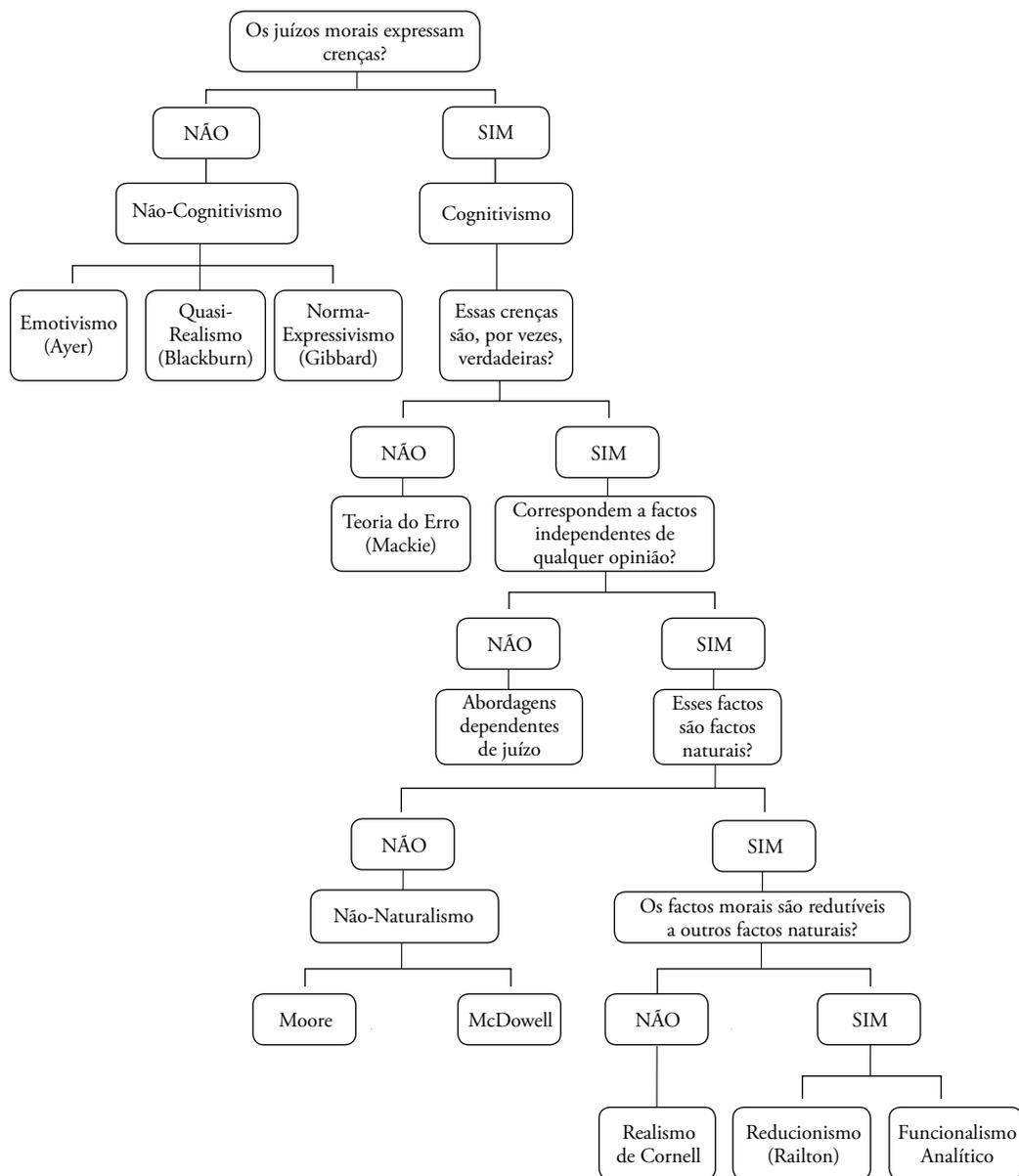


Figura 1 – Adaptado de MILLER, Alexander, *Introduction to Contemporary Metaethics*, Polity Press, Cambridge 2003, p. 8.

ESTUDOS CRÍTICOS / CRITICAL STUDIES